

Das ontologias e selves

singularidades e multiplicidades na noção de pessoa

Pedro Paulo Viana Figueiredo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FIGUEIREDO, PPV. Das ontologias e selves: singularidades e multiplicidades na noção de pessoa. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. *Psicologia social e personalidade* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. 23-40. ISBN: 978-85-7982-057-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Das ontologias e *selves*: Singularidades e multiplicidades na noção de pessoa

Pedro Paulo Viana Figueiredo¹

Nossa ideia moderna de self está ligada a, ou poderíamos dizer até constituída por, um certo sentido (ou talvez uma família de sentidos) de interioridade (Taylor, 2005, p. 149).

Neste ensaio, tenho como objetivo apontar reflexões sobre uma possível noção de pessoa articulando três desenvolvimentos teóricos: a noção de eu interiorizado de acordo com Nikolas Rose (1997, 2001) e Ian Hacking (2002); a ideia de performance [*enactment*] desenvolvida por Annemarie Mol (2008), trazendo algumas considerações sobre familiares cujas crianças sofreram violência e são atendidas em instituições como exemplo; e, por fim, a discussão de Rom Harré (1998) sobre o que seria “pessoa” no contexto da Psicologia Discursiva. Tais reflexões ajudarão a compreender como a crença de que as pessoas sejam entidades singulares implica em sociabilidades e práticas de governos do eu. De outra forma, adotar uma noção de pessoa que é construída de múltiplas formas em uma sociedade – a partir do momento que diferentes ontologias constroem diferentes pessoas – faz-se, a meu ver, crucial para compreender certas práticas sociais.

A noção de um eu independente: inventando e montando o *self*

A relação que temos com nós mesmos atualmente é profundamente dependente e moldada a partir das “disciplinas psi”. Em nossas relações cotidianas, nos expressamos em termos, linguagens e tipos de explicação

¹ Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

“adotados” dessas disciplinas: fico estressado, Lúcia está deprimida, Maurício está traumatizado. Como afirmou Gergen (1973, 1985), as disciplinas psi oferecem à sociedade repertórios que tem como intento traduzir emoções, sentimentos, ações – nossas e das outras pessoas – que modificam a forma como a sociedade explica os mais diversos fenômenos, passando a se comportar/sentir/expressar/explicar nestes novos termos oferecidos: antes Lúcia era melancólica, hoje ela está deprimida. Trauma, por exemplo, costumava significar uma ferida ou lesão física, porém, a partir de uma sequência de acontecimentos diversos na Psicologia e na Psiquiatria, o trauma psíquico passou a ocupar uma questão central na forma como o conceito de trauma aparece na constituição de eus (Hacking, 2002).

Para Hacking (2002), deveríamos estar interessados em modos possíveis de ser pessoas; modos como constituímos a nós mesmos de maneiras distintas. O autor discute então o que para ele seria uma “ontologia histórica”: o modo como objetos, ou seus efeitos, que não existiam de qualquer forma reconhecível até que virassem objetos de estudo científico, passam a existir; além de estar preocupado com os conceitos gerais e organizadores e as instituições e práticas nas quais eles se materializam. E, apoiando-se em ideias de Foucault, afirma que constituímos a nós mesmos enquanto pessoas “em um local e uma época, usando materiais que têm uma organização distinta e historicamente formada” (p.3).

A própria nomeação de ontologia histórica é remetida a Foucault em seu ensaio *What is Enlightenment?*, quando este referia que a “ontologia histórica de nós mesmos” poderia ser um estudo que se preocupasse com a “‘verdade por meio da qual constituímos a nós mesmos como objetos de conhecimento’, com o ‘poder por meio do qual ‘constituímos a nós mesmos como sujeitos que agem sobre outrem’ e com a ‘ética por meio da qual constituímos a nós mesmos como agentes morais’” (Hacking, 2002, p.2). Argumenta então que qualquer objeto de sua ontologia histórica se encaixa em três eixos cardeais conforme elaborados por Foucault: ética, poder e conhecimento. É a partir desses três eixos que ele discute, como exemplo, a

história do trauma e como este torna-se um conceito organizador na constituição de eus.

Primeiro, haveria uma pessoa que se reconhece como tendo determinado comportamento e senso de *self*² que é produzido por um trauma psíquico, que levou a desenvolver atualmente um grande corpo de conhecimento no campo da traumatologia – eixo do conhecimento. Em segundo lugar, no eixo do poder, há várias possibilidades:

autoempoderamento; o poder da vítima sobre os abusadores; o poder dos tribunais e dos legisladores, declarando que as regras de prescrição não se aplicam àqueles que causaram sofrimento há muito tempo, quando o sofrimento foi esquecido pela vítima; o poder dos soldados de reivindicar aposentadoria especial e outros benefícios por trauma da época de guerra. Mas, mais importante, é o poder anônimo do próprio conceito de trauma que atua em nossas vidas (Hacking, 2002, p.19).

No eixo da ética, acontecimentos distintos, atuais ou lembrados, são vivenciados como trauma: uma infância traumática pode ser usada para explicar e, por conseguinte, desculpar o comportamento antissocial posterior de uma pessoa que pode vir a ser diagnosticada como sofrendo um transtorno de personalidade qualquer. Lembranças ditas traumáticas criam um novo ser moral: “O trauma fornece não apenas um novo senso de quem os outros são, e porque algumas pessoas podem ser desta forma, mas também produz um novo senso de *self*, de quem se é e porque se é como é” (p.20).

Os novos modos de classificar pessoas afetam as pessoas classificadas criando, ou eliminando, possibilidades de ação. Nós mudamos em virtude de sermos classificados desta ou daquela forma; e as maneiras como mudamos em detrimento desta classificação tem um efeito de *feedback* sobre nossos sistemas de classificação. Ou seja, as mudanças sociais criam novas categorias de pessoa, criando novas maneiras de as

² O conceito/ideia de *self* varia e é distinto de acordo com os diferentes autores que procuraram descrevê-lo seja como identidade, entidade interior ou vida psíquica interna. Uma reflexão interdisciplinar sobre o conceito/ideia de *self* nas sociedades ocidentais é feita de modo bastante interessante no livro *Rewriting the Self* (1997), editado por Roy Porter.

pessoas serem. As categorias *homossexual* e *heterossexual*, por exemplo, só passaram a existir enquanto tipos de pessoa³ a partir do fim do século XIX (Hacking, 2002). Há algum tempo ser reconhecido como *nerd* não é favorável: a conotação é, em sua maioria, negativa. Porém, atualmente, ser reconhecido como *geek*, uma variante do termo-categoria *nerd*, é positiva e desejável por determinado grupo de pessoas.

Esse tipo de *feedback*, outrora chamado por Hacking de *looping effect* (1995), faz com que ele denomine-se um nominalista dinâmico, opondo-se aos nominalistas clássicos que pensariam que todas as categorias, classes e taxonomias são criadas e fixadas por seres humanos e que as classificações podem ser ampliadas ou revistas, mas que quando instauradas, são praticamente fixas e não interagem com o que é classificado:

Acredito que este tipo de nominalismo estático é duplamente errado: eu acho que muitas categorias vêm da natureza,⁴ e não da mente humana, e acho que nossas categorias não são estáticas. Um tipo diferente de nominalismo – que eu chamo de nominalismo dinâmico – atrai meu *self* realista, instigado por teorias sobre a feitura do homossexual e do heterossexual como tipos de pessoas ou por minhas observações sobre estatísticas oficiais. A alegação do nominalismo dinâmico não é que exista um tipo de pessoa que veio cada vez mais a ser reconhecido pelos burocratas ou pelos estudiosos da natureza humana, mas sim que um tipo de pessoa passou a existir no mesmo instante em que o próprio tipo estava sendo inventado (2002, p.106).

Ou seja, as categorias e as pessoas que são inseridas nelas emergem conjuntamente. Para o autor o nominalismo dinâmico afeta o conceito de pessoa individual, pois abre possibilidades: aquilo que somos não é apenas o que fizemos, fazemos e faremos num futuro próximo, mas também tudo

³ Modos de ser uma pessoa ou condições de pessoalidade, segundo Hacking (2002).

⁴ Esse é um argumento interessante que não tem espaço de ser tratado aqui. Peço para conferir o exemplo de Hacking sobre “cavalo, planeta, luva e personalidade múltipla” no capítulo 6 “Making Up People” do livro *Historical Ontology* (2002). Há uma versão deste livro em português – *Ontologia Histórica* (2010) – lançado pela Editora Unisinos, porém a tradução e os constantes erros de grafia tornam a leitura difícil.

aquilo que poderíamos ter feito e podemos vir a fazer. Inventar pessoas altera então os espaços de possibilidade de ser uma pessoa: novos modos de descrição passam a existir e novas possibilidades de ação tomam forma como consequência (Hacking, 2002).

Nikolas Rose (1997) parte de postura semelhante. Para ele, as crenças, normas e técnicas que passaram a existir sobre a alcunha das disciplinas psi através do século XX sobre inteligência, personalidade, emoções, desejos, relações grupais, *distress* psiquiátrico e assim por diante, não vêm de uma iluminação ou mistificação: eles mudaram profundamente os tipos de pessoas que nos são disponíveis ser – são formas de pensar a nós mesmos, modos de agir sobre nós mesmos e o tipo de pessoas que se presume que devemos ser em nossas relações de consumo, produção, vida amorosa, religiosa e modos de adoecer e morrer. Os seres humanos nas sociedades ocidentais passaram então a se compreender e relacionar consigo mesmos como

seres “psicológicos”, a se interrogarem e a se narrarem em termos de uma “vida psicológica interior” que guarda os segredos de sua identidade, que eles devem descobrir e preencher e que é o padrão em relação ao qual o viver de uma vida “autêntica” deve ser julgado (Rose, 2001, p.34).

Seríamos então *selves* montados [*assembled*] nos quais os efeitos “privados” de uma interioridade psicológica são constituídos em ligação com a linguagem, prática, técnicas e artefatos “públicos”. Precisariamos, portanto, abandonar a crença de que nós somos “por natureza” criaturas enclausuradas, habitadas e animadas por um mundo interior cujas leis e processos a Psicologia nos “revelou”. Rose (2001) diz ocupar-se então com o que ele denomina, seguindo uma orientação foucaultiana, “genealogia da subjetivação”. Teria por preocupação então as práticas pelas quais as pessoas são compreendidas e pelas quais se age sobre elas, tendo por domínio de investigação as práticas e técnicas sobre as quais o ser humano é pensado; tomando então esta ideia de que o ser humano enquanto individualidade interiorizada, totalizada e psicologizada como um problema histórico: “o foco não é, portanto, a história da pessoa, mas a genealogia das relações que os

seres humanos têm estabelecido consigo mesmos, isto é, as práticas nas quais eles se relacionam consigo mesmos como *eus*” (p.35, grifos do autor).

Desta forma, o autor diz ter como intento selecionar as formas pelas quais um eu funciona como um ideal regulatório nos mais diferentes aspectos de nossas formas contemporâneas de vida, sendo montado de forma aleatória e contingente, ficando no ponto de intersecção de “uma gama de diferentes histórias, de diferentes formas de pensamento, de diferentes técnicas de regulação, de diferentes problemas de organização” (Rose, 2001, p.35), devendo estas serem tratadas a partir de uma perspectiva de governo. Ou seja, Rose afirma que nossa relação com nós mesmos tem a forma que tem atualmente porque esta tem sido o objeto de uma variedade de esquemas, mais ou menos racionalizados, que acabaram por modelar nossas formas de compreender e viver nossa existência enquanto seres humanos tendo objetivos distintos, tais como “masculinidade, feminilidade, honra, reserva, boa conduta, disciplina, distinção, eficiência, harmonia, sucesso, virtude, prazer: a lista é tão diversa e heterogênea quanto interminável” (2001, p.36).

Uma genealogia da subjetivação, portanto, concentra-se nas diferentes práticas que localizam os seres humanos em regimes de pessoa, oferecendo análises que tentam dar conta da diversidade das linguagens de “pessoalidade” que tem se formado – algumas delas listadas acima – bem como da variedade de “normas, técnicas, relações de autoridade no interior das quais essas linguagens têm circulado nas práticas legais, domésticas e industriais para atuar sobre a conduta das pessoas” (Rose, 2001, p.37).

Por uma ontologia política

A ontologia política, ou política ontológica, é um termo desenvolvido por Annemarie Mol (2008) para falar sobre as formas como o “real” está implicado no “político” e vice-versa. Uma política ontológica, portanto, refere-se à ontologia – “que na linguagem filosófica comum define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com que vivemos” (p.63),

ou, como afirmaria Hacking (2002), diz respeito a como os conceitos têm existências em determinados tempos históricos e às relações lógicas que foram criados entre eles e que não poderiam ser percebidas corretamente a menos que as suas dimensões temporais fossem consideradas. Portanto, a combinação destes termos, ontologia e política, sugere que as condições de possibilidade não preexistem, a realidade não precede as práticas cotidianas com as quais interagimos, e sim estão sempre sendo modeladas por essas práticas. O termo política, para a autora, permite sublinhar um modo ativo e esse processo de constante modelação, bem como o seu caráter aberto e passível de contestação.

A autora, refletindo a partir da teoria ator-rede,⁵ pretende retirar o caráter estável e determinado da realidade, afirmando que seria impossível não reconhecer a realidade como localizada histórica, cultural e materialmente:

Localizada onde? Depende do campo em que se responde. Nos estudos sociais da ciência, o laboratório foi redescrito como prática sociomaterial onde a realidade é transformada e onde se concebem novas formas de fazer a realidade. Estas formas são exportadas do laboratório, não tanto enquanto “teoria”, mas antes, ou pelo menos na mesma medida, enquanto vacinas, microprocessadores, válvulas, motores de combustão, telefones, ratos geneticamente modificados e outros objetos – objetos que transportam com eles novas realidades, novas ontologias (p.64).

Ela deixa claro o uso do termo *ontologias*, querendo com isso enfatizar que se a realidade é feita e se a mesma é localizada histórica, cultural e materialmente, ela deve ser múltipla. Portanto, coexistem no presente diferentes versões, diferentes realidades e diferentes performances. Vou tentar ilustrar essas breves reflexões discutindo a partir do que é chamado de violência contra a criança e falando sobre cuidadores/as cujos filhos/as sofreram violência e são atendidos/as em instituições.

⁵ Teoria criada por Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Eu seria extremamente negligente em tentar explicar/resumir esta teoria em uma nota de rodapé. Porém, indico como leitura o livro *Reassembling the social* (2005) de Bruno Latour.

Múltiplas versões do que é considerado – ou não considerado – violência contra a criança circulam na sociedade. Parafraseando Annemarie Mol, a realidade/fato apresentada como “violência contra a criança” é feita, localizada histórica, cultural e materialmente, portanto, é múltipla. Desta forma, diferentes ontologias no trato com a criança coexistem: a palmada pedagógica é defendida por alguns pais e abominada por defensores dos direitos da criança. A primeira, resumindo grosseiramente, apoia-se na ideia de que uma palmada seria um corretivo educativo, diferente do espancamento ou surra; a segunda baseia-se na ideia da criança como sujeito de direitos em que a prática da punição física é um fato hoje inaceitável, com abundâncias de estudos comprovando a maleficência a curto e longo prazo desta prática.

Da mesma forma que os defensores dos direitos das crianças apoiam-se em práticas discursivas que atravessam e são atravessadas por saberes – a Medicina, o Direito e a Psicologia, por exemplo – e materialidades – leis, acordos internacionais, estatutos – que perpassam diversos níveis e estruturas institucionais, os/as cuidadores/as são atravessados tanto por saberes (e práticas) familiares, comunitários, populares, científicos e acadêmicos. Porém, suas genealogias (Foucault, 1976/2005) diferem. Tal fato possibilita inconsistências e incongruências, uma vez que cuidadores/as, ao ter contato com repertórios “corretos” no que diz respeito ao trato com a criança, conseguem conviver com estes repertórios e com outros que se implicaram/foram implicados anteriormente. A palmada torna-se distinta da surra mesmo que outros saberes legitimados afirmem o contrário e argumentem sobre o limite tênue entre as duas práticas.

Porém, desta forma estou agindo de forma perspectivista. Ou seja, estou afirmando que existe um “fenômeno lá” – a violência contra a criança – que é vista (a metáfora visual é proposital) sob diferentes perspectivas. Para os pais, nem todos os atos classificados como tal, deveriam assim o ser – a palmada, o xingamento etc. – e, para os profissionais, cada vez mais esse escopo deve ser ampliado: atualmente a violência contra a criança abrange da negligência à síndrome de Münchhausen.

Em minha pesquisa de mestrado (Figueiredo, 2010), trabalhei com a metáfora da construção, ou seja, procurei analisar como o fenômeno era construído no discurso daquelas cuidadoras sobre o que elas acreditavam ser – e não ser – violência: como se posicionavam e como argumentavam implícita e explicitamente a favor ou contra determinadas práticas.

Porém, a realidade/fato “violência contra a criança” é múltipla. Como argumenta Mol (2008):

Falar da realidade como múltipla depende de outro conjunto de metáforas. Não as de perspectiva e construção, mas sim as de intervenção e performance. Estas sugerem uma realidade que é feita e performada [*enacted*], e não tanto observada. Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas (p.66).

Desta forma, realidades distintas sobre o trato com a criança que são performadas pelos/as cuidadores/as, no caso, pais/mães de crianças que sofreram violência e são atendidas numa instituição, são um bom exemplo. Mas, tamanho relativismo não significa que eu, enquanto pesquisador, esteja também de longe, analisando tais performances de modo a acreditar que, uma vez que eles/as descrevem e argumentem seus atos a partir de determinada posição, deva-se aceitar seus argumentos como verdadeiros e justificáveis. Pelo contrário, esse relativismo evolui questões ético-políticas (Íbáñez, 2005) no que diz respeito à violência contra a criança e acredito que diferentes argumentos que permitem a prática da violência precisam ser desnaturalizados. Portanto, faz-se importante compreender as múltiplas versões de atos que são classificados como violência contra a criança – e aqueles que não são – para estes/as cuidadores/as.

Tendo por base a discussão da noção contemporânea de eu e o que Nikolas Rose chama de genealogia da subjetivação, como discutido acima, poderia dizer que os/as cuidadores/as nestas instituições são construídos como pessoas que, por terem convivido com realidades distintas em que as práticas da violência eram naturalizadas, devem ser alvo de estratégias de governamentalidade (Foucault, 1979) que preveem a intervenção, tanto de

órgãos governamentais como por órgãos não governamentais, a fim de adequá-los a uma normalidade. Neste caso, através da aplicação de tecnologias disciplinadoras.

Durante as intervenções com esse público – que podem acontecer por meio de palestras, oficinas, aconselhamento, orientação, visitas domiciliares etc. – as instituições utilizam diversas estratégias retóricas com os/as cuidadores/as quando há conflitos entre os novos repertórios sobre a violência que eles fornecem e o repertório dos/as cuidadores/as. É a partir desses conflitos que os/as cuidadores/as vão argumentar sobre o que eles consideram ou não violência, e os profissionais – guiados pelo discurso em sua maioria acadêmico e pautado nos direitos humanos – vão realizar *argumentos sobre argumentos* (Billig, 2008) para defender suas posições, bem como também podem assim fazer os/as cuidadores/as. Porém, pretendo sair deste perspectivismo em que há a “realidade lá” – a violência contra a criança – e os modos de posicionar-se sobre ela.

Adotarei então que esses/as cuidadores/as são não apenas alvos de tecnologias disciplinadoras, mas, também, pessoas produzidas por diferentes performances em sua ontologia. Pensar desta forma permite, acredito eu, entender que dispositivos de produção de sentidos – a palmada pedagógica, a surra “pra não virar gente ruim”, a bolinação verbal/física “normal” da menina em puberdade entre os homens da família – produzem a experiência do ser pai/mãe e os mecanismos pedagógicos e/ou de violência aceitos/não aceitos contra seus/as filhos/as. Além disso, permite compreender também as formas que os/as cuidadores/as argumentam sobre as relações que os produziram como pais/mães que se posicionam de maneiras distintas ao performar um ato como violência ou não.

Porém, não esquecendo que, como afirma Harré (1998) “cada pessoa exercita seus poderes para apresentar um conjunto único de atitudes” (p.69). Ou seja, aqui é o *self 3*, os padrões múltiplos e cambiantes de um grupo complexo de disposições, habilidades e capacidades atribuídas a nós por outras pessoas; e o *self 1*, a singularidade estrutural da experiência

individual e ação, ordenada por referência aos nossos corpos individuais que estão em jogo. Estes conceitos serão desenvolvidos logo abaixo.

Pessoa {Self 1, Self 2, Self 3}; singular {múltipla}

O modo como experienciamos o mundo e a nós mesmos como parte dele poderia ser dito como fazendo parte de uma singularidade, um único ponto de origem que nos permite estar numa coordenada espaço-temporal específica e não em outra. Enquanto digito estas linhas, meu corpo ocupa um espaço específico que não pode ser ocupado por nenhum outro neste mesmo tempo. Esta ideia de um ponto de vista em que eu percebo o mundo material ao meu redor e posso agir nele – neste momento estou digitando – e até mesmo aquilo que se passa “por baixo de minha pele” poderia ser chamado de *Self 1* e é indispensável para a manutenção da forma de vida humana. Ainda assim, cada ser humano é formado por uma complicada colcha de retalhos em constante mudança, de atributos pessoais – disposições, capacidades, habilidades – e relações. E esta ideia de *self* como totalidade sempre-em-mudança de características pessoais, que poderia ser chamado de *Self 2*, é uma peculiaridade da atividade humana consciente. Ainda que eu tenha atributos de tipos diversos, alguns são permanentes e outros são bastante efêmeros; alguns são intrínsecos a mim e outros existem apenas em relação com outras pessoas e com o ambiente ao meu redor. Há ainda a totalidade de impressões pessoais que tentamos apresentar para outras pessoas – ser carinhoso, trabalhador, educado, por exemplo. Estes padrões múltiplos e cambiantes de um grupo complexo de disposições, habilidades e capacidades que só existem em relação e são atribuídas a nós por outras pessoas, seria o *Self 3*.

O que foi conceituado nas linhas acima como *selves 1, 2 e 3* é a forma que Rom Harré (1998) metaforicamente concebe uma pessoa. O autor toma como ponto de partida o fato de que, na literatura, seja ela psicológica ou não, “nem aquilo o que é chamado de pessoalidade [*selfhood*] nem consciência são noções claras, unívocas ou diretas” (p.1). Os seres humanos

são indivíduos, mas isso não implica em possuímos “unicidade”.⁶ Duas pessoas podem ter características semelhantes, mas ainda assim não são as mesmas: há a individualidade, em que somos uma coisa diferente das outras – sou Pedro e não João; e há também a unicidade, em que somos algo único e parecido com nenhuma outra coisa – sou um Pedro distinto de outro Pedro por mais que este possa parecer comigo. Para o autor (1998), isso é válido para todos os seres orgânicos:

Há uma revoada de aves, obviamente feita de indivíduos, mas para o observador humano indisciplinado não apresentam nenhuma marca individual de unicidade. Um ganso é mais ou menos intercambiável por outro. Fazendeiros, é claro, e garotas que gostam de gansos, têm um olhar diferenciado. Microbiologistas não diferenciam bactérias individuais umas das outras como seres únicos e singulares, não porque não podem fazê-lo, mas porque individualizar bactérias não tem valor imediato nenhum em seus projetos. De outra forma, no mundo humano é a unicidade, a singularidade pessoal, que é o *leitmotif* de todas as nossas formas de vida. (p.2)

Como dito anteriormente, ao mesmo tempo cada ser humano é uma complicada colcha de retalhos de atributos pessoais e relações sempre-em-mudança. Desta forma, algo que possa ser chamado de “personalidade” é problemático, uma vez que a preservação desta unicidade no contexto de tantas similaridades entre pessoas acontece somente na relação constante com outras pessoas e com nós mesmos. Poderia ser dito que há uma unidade em cada pessoa a partir de um determinado contexto e em situações diversas, mas não algo que pode ser apreendido globalmente e rigidamente como “personalidade”.

Outra forma de abordar o *self* seria descrevê-lo como um estado mental. Harré (1998) questiona se esta seria uma forma adequada, uma vez que lhe parece que as pessoas não possuem um “estado mental”, e sim

⁶ A palavra usada pelo autor em língua inglesa é *uniqueness*, que poderia ser traduzida como singularidade. Porém, pela distinção que o autor faz entre *singularity* e *uniqueness*, preferi traduzir por unicidade.

produzem fluxos de ações, alguns privados, outros públicos, que apresentam uma série de propriedades que costumamos chamar de “mentais”; fluxos estes que apresentam estabilidades e repetições recorrentes. Há padrões de estabilidade, mas também de mudança, nos fluxos de atos cognitivos e emotivos que cada pessoa produz, geralmente em conjunto com outras pessoas. Os atos privados são os que mais comumente costumam ser tomados como atributos mentais. Entre os atributos de uma pessoa, não há apenas aqueles produzidos no fluxo de ação, portanto a Psicologia tem que dar cabo de explicar as habilidades e disposições necessárias para produzir o fluxo de atividades que chamamos de “vida mental” (Harré, 1998, p.3). Seu argumento é que tudo aquilo que costumamos chamar de vida mental é produzido *ad hoc* ao decorrer das ações das pessoas, e não são nada mais que atributos de um fluxo de ação.⁷ Assim, não há entidades mentais: apenas ações privadas e públicas com que as pessoas se engajam.

Harré afirma então que o *self*, esta singularidade que cada um de nós acredita/sente ter, também não é uma entidade e sim um local de onde a pessoa percebe o mundo e um lugar no qual se pode agir. Apenas as pessoas existem: os *selves* seriam apenas ficções gramaticais, características necessárias de discursos orientados a pessoas. Apesar de não haver essa “entidade *self*”, nós poderíamos tomar três aspectos (*selves* 1, 2 e 3) do que seria uma pessoa como modos de existência e comportamento forjados em modos de falar sobre estes aspectos utilizando pronomes, nos vários usos da expressão “o *self*”. Desta forma, nosso senso de singularidade como seres psicológicos vem de um senso de sermos distintos, termos continuidade e sermos autônomos.

Para o autor, não haveria “camadas profundas” de fenômenos psicológicos, e sim apenas aqueles com os quais estamos familiarizados no dia a dia. Uma Psicologia científica estaria preocupada com competências,

⁷ Como exemplo de que a “vida mental” é produzida *ad hoc*, conferir Edwards e Potter (1992) e Edwards *et al.* (1992) para uma discussão de que nossas memórias, consideradas comumente como sendo uma entidade mental privada, são construídas retoricamente, como parte de argumentos voltados a objetivos específicos.

capacidades e habilidades de uma pessoa, além das suas dependências e vulnerabilidades. Algumas não irão variar nas diferentes situações com as quais nos engajamos, outras serão sensíveis ao ambiente – sendo este composto por humanos e/ou não humanos. Estaríamos ainda preocupados por padrões de similaridade e diferença naquilo que as pessoas produzem ativamente nos momentos em que suas habilidades psicológicas forem exercidas e suas vulnerabilidades atingidas. Relembrando: os produtos psicológicos da atividade humana são estruturas e existências efêmeras; elas vêm e vão num fluxo dinâmico.

Um senso de *self* é dependente de um “eu” como exemplar de um dispositivo linguístico de primeira pessoa do singular, em nossa gramática portuguesa. As únicas expressões referentes nos jogos de linguagem⁸ de autoatribuição e descrição são nomes próprios e seus equivalentes – indexicais⁹ e não referenciais – e são usados para se referir presentemente, preteritamente ou potencialmente para pessoas corporificadas:

O senso de *self* como singularidade é alcançado sinteticamente, ao colocar juntos posições pessoais definidas em três distribuições [*manifolds*] – coisas, pessoas e eventos. Estas distribuições [*manifolds*] são reveladas ao atenderem à estrutura de percepção, ao padrão de comprometimentos interpessoais, expectativas e hierarquias de respeito, causa-efeito e outras sequências consecutivas dentro dos quais os eventos de uma vida são apresentados. A força indexical da primeira pessoa não é nada mais que incorporar a localidade do falante e o ato de falar nas

⁸ A expressão “jogos de linguagem”, cunhada por Wittgenstein, salienta que a linguagem é composta de diferentes jogos em que empregamos as palavras em situações distintas com diferentes objetivos e regras. O usuário da linguagem desempenha um papel diferente de acordo com diferentes situações em que toma parte, tais como comandar, descrever, relatar, cantar uma cantiga, fazer uma anedota, etc. (Wittgenstein, 1953/1996, §23).

⁹ Esta é uma expressão utilizada na Filosofia da Linguagem de Charles Peirce e também é parte importante no conceito de *indexicalidade* de Harold Garfinkel (1967) na Etnometodologia, sendo posteriormente adotado por alguns autores da Psicologia de orientação discursiva (tais como Davies e Harré, 1990; Harré e von Langenhove, 1998; Potter, 1998; Potter e Wetherell, 1987). De uma forma geral, diz que o significado de um objeto, prática social ou conceito é dependente do contexto.

distribuições [*manifolds*] pressupostas na percepção, ação e memória em discurso (Harré, 1998, p.17).

Então, desde que há apenas um dispositivo na gramática – “eu” – que expressa e sinaliza a localidade de uma pessoa nas três distribuições acima mencionadas, é esse o responsável por juntar diferentes localidades como fazendo parte de uma única pessoa. Sendo assim, a tese “psicolinguística” da construção social de uma personalidade [*selfhood*] é simplesmente que, ao adquirir a capacidade gramatical de usar a primeira pessoa do singular como dispositivo, as singularidades do *self* são trazidos à tona uma vez que eu tenho meu próprio senso de pessoa como singularidade, um ponto de vista contínuo ao longo do tempo. Eu, Pedro, nascido em Recife, cursando o doutorado em São Paulo, digitando esse texto.

Para finalizar, vamos reafirmar alguns pontos: a) nossa experiência do mundo e de nós mesmos como parte dele tem um ponto de origem, singular, que se diferencia de qualquer outro numa localidade de espaço-tempo; b) nossos atributos pessoais, incluindo nossas memórias, são postas juntas num fluxo dinâmico de interações para formar um único aglomerado de histórias que é diferente dos de qualquer outra pessoa; e c) há uma unidade: as vidas, experiências, pensamentos e memórias de todas as pessoas são diferenciadas e ditas como pertencendo a pessoas distintas. Porém, não devemos esquecer que nossas vidas são complexas, estão em constante mudança e que, quando comprometidas, a própria existência do ser humano enquanto pessoa está sob ameaça (Harré, 1998, p.19).

Abrindo possibilidades

Concluirei o argumento apontando possibilidades de reflexão a partir do que foi desenvolvido até agora. As considerações de Ian Hacking (2002) e Nikolas Rose (1997, 2001), ambos tendo por base os escritos de Foucault, permitem-nos tentar compreender como regimes de pessoa distintos são desenvolvidos e criados a partir das disciplinas psi – mas, lembrando bem, não exclusivamente delas – e como isso também implica em diferentes sociabilidades. Já Annemarie Mol (2008) nos orienta a pensar como diferentes

realidades são constituídas de múltiplas formas, atentando para seu caráter localizado cultural, histórico e materialmente; além de pensar a ontologia política como permitindo encará-las como um processo aberto e contestável. Rom Harré (1998), por sua vez partindo de considerações da Psicologia que tem o discurso como foco, lembra que a pessoa como singular poderia por sua vez ser dita como composta por uma multiplicidade – didaticamente chamadas por ele de *selves* 1, 2 e 3 – que só existe enquanto tal num fluxo dinâmico de interações e que estas exposições não dizem respeito a uma verdade última sobre a pessoa enquanto um eu interiorizado. Porém, em que isto me ajuda a compreender diferentes práticas sociais?

Acredito que responder esta pergunta propondo um método fechado de análise não ajudaria em nada, porém, utilizar estas três articulações teóricas para compreender como tipos de pessoa são criadas, nos permite alterar os espaços de possibilidade de ser uma pessoa, uma vez que ao propor novos modos de descrição estou também propondo novas possibilidades de ação. A pequena discussão feita acima sobre cuidadores/as de crianças que sofreram violência aponta um caminho no modo como utilizo esse ferramental na análise de uma determinada prática social – a violência contra a criança.

Referências bibliográficas

- Billig, M. (2008) *Argumentando e Pensando: uma abordagem retórica à Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Davies, B. & R. Harré (1990) Positioning: The discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20 (1), 44-63.
- Edwards, D. (1992) *et al.* Toward a discursive psychology of remembering. *The psychologist*, 5, 441-445.
- Edwards, D. & Potter, J. (1992) The Chancellor's Memory: rhetoric and truth in discursive remembering. *Applied Cognitive Psychology*, 6, 187-225.

- Figueiredo, P. P. V. (2010) *Retratos da violência contra a criança: as produções discursivas de cuidadoras que frequentam uma instituição de atendimento*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Foucault, M. (1979) A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2005) *Em Defesa da Sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Garfinkel, H. (1967) *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press.
- Gergen, K. (1973) Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26 (2), 309-320.
- _____. (1985) The social constructionist movement in modern psychology. *American psychologist*, 40 (3), 266-275.
- Hacking, I. (1995) *Rewriting the soul: multiple personality and the sciences of memory*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (2002) *Historical Ontology*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Harré, R. (1998) *The Singular Self: an introduction to the Psychology of Personhood*. London: Sage Publications.
- Harré, R. & von Langenhove, L. (1998) *Positioning Theory*. Massachusetts: Blackwell.
- Ibáñez, T. (2005) *Contra la dominación: variaciones sobre la salvaje exigencia de libertad que brota del relativismo y de las consonancias entre Castoriadis, Foucault, Rorty y Serres*. Barcelona: Gedisa.
- Latour, B. (2005) *Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press.

- Mol, A. (2008) Política Ontológica (pp. 63-77). In: Nunes, J. A. & Roque, R. (orgs.). *Objectos Impuros*. Porto: Afrontamento.
- Porter, R. (ed.) (1997) *Rewriting the self. Histories from Renaissance to the Present*. London: Routledge
- Potter, J. (1998) *La representación de la realidad: Discurso, retórica y construcción social*. Barcelona: Paidós.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987) *Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- Rose, N. (1997) Assembling the Modern Self (pp. 224-248). In: Porter, R. (ed.) *Rewriting the self. Histories from Renaissance to the Present*. London: Routledge.
- _____. (2001) Como se deve fazer a história do eu. *Educação & Realidade*, 26 (1), 33-58.
- Taylor, C. (2005) *As Fontes do Self: a constituição da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Wittgenstein, L. (1996) *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural.